

Educação em Direitos Humanos: possibilidades para além do espaço escolar

Florencia Medina Rakos¹³

Andrea Brandão Lapa¹⁴

Introdução

As redes de informação se tornaram um fenômeno global e com elas foi possível se comunicar em tempo real, de forma horizontal, aproximando os sujeitos. O mundo atual não é mais como era há 10 anos. Muitas dessas mudanças se devem a vontade de querer ir além, buscar o que ainda não foi inventado ou apenas dar um *upgrade* no que já existe. E tudo isso em uma velocidade sem igual.

Em razão de ser um produto social, cultural, econômico e político, a tecnologia não é neutra. Muito pelo contrário, é carregada de simbologia (valores) definida por seus produtores/usuários que, por sua vez, são controlados por uma lógica cultural dominante e impacta diretamente nas relações sociais de quem a utiliza (CASTELLS, 2003). Feenberg (2015) ressalta que as tecnologias não são vistas como simples ferramentas, e sim como estruturas para estilos de vida. A colocação do autor nos alerta que é necessário refletir sobre a inserção da tecnologia em nosso contexto (individual e coletivo) e entender como o mundo funciona com o propósito de fazer escolhas não apenas de cunho instrumental.

A sociedade atual vive a Cultura Digital. Não a podemos dissociar entre on-line e off-line, é impossível ignorar essa cultura arraigada em nosso cotidiano. Toda essa globalização tem produzido uma forma de reorganização das formas de pensar, de se relacionar, de intervir socialmente e de se comunicar. Somos mais

¹³ E-mail: florenciarakos@gmail.com

¹⁴ E-mail: andrea.lapa@ufsc.br

de quatro bilhões de usuários¹⁵ de banda larga móvel. O aumento da violência no mundo moderno por meio da intolerância e do discurso de ódio já foi identificado por diversas pesquisas e em nosso cotidiano.

Diante dessas mudanças, a escola é impactada pelo o que acontece em seu entorno e também pela maneira como os jovens interagem com ela. Partindo deste pressuposto, a escola pode ser entendida como um espaço de “encontro das trajetórias socioculturais” (BARBERO, 2014) e, nessa perspectiva, a educação torna-se um espaço de disputa entre diversos projetos político-ideológico como, por exemplo, a Escola sem Partido e a Emenda Constitucional do Teto de Gastos Públicos, mais conhecida como PEC55/2016¹⁶. Vê-se o esvaziamento e a não identificação dos sujeitos para com esta instituição.

Diante da barbárie que se apresenta em nossa sociedade, aflora a vontade de “ser mais” (conceito usado por Freire para elucidar o ser inacabado; em processo) e ir à busca de outro paradigma de educação. Desta forma, surge da inquietação de pesquisadores, professores e ativistas, defronte a crescente onda de violência na sociedade contemporânea, o Projeto “CONEXÃO ESCOLA-MUNDO”. É um projeto inovador que conta com diversos colaboradores, dentre eles professores, pesquisadores,

¹⁵ A estimativa da ONU é que até o final do ano de 2017, mais de 4,3 bilhões de pessoas no mundo deveriam ter uma assinatura de banda larga móvel. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/mais-de-4-bilhoes-de-pessoas-terao-acesso-a-internet-movel-ate-o-fim-de-2017-diz-relatorio-da-onu/>. Acessado em: 03 dez. 2017

¹⁶. A Emenda Constitucional 95, que limita por 20 anos os gastos públicos, foi promulgada em 15 de dezembro de 2016. A proposta traz no texto que todas as despesas públicas serão corrigidas de um orçamento para o outro apenas com base na inflação do ano anterior. Não haverá aumentos reais. Para mais informações ver Senado Notícias. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/15/promulgada-emenda-constitucional-do-teto-de-gastos>. Acesso em: 11/01/2018

graduados, mestres, e doutores, de diversas áreas do conhecimento. O objetivo desta proposta busca

criar e experimentar uma metodologia de intervenção na escola para a formação em direitos humanos dentro da perspectiva da educação hacker. Significa propor a elaboração coletiva de uma prática transformadora com e na escola, cujo foco seja a formação crítica de cidadãos na cultura digital dentro de um novo paradigma para a educação, centrado no diálogo, no acolhimento da diversidade, no encontro respeitoso com o outro, dentro de um ambiente de autoria, colaboração e produção coletiva: um jeito hacker de ser. A intervenção articula reflexão e ação. Acontecerá a partir da experiência prática de uma intervenção ativista para a educação em direitos humanos inspirada na filosofia hacker. Serão criados espaços tecnológicos coletivos inovadores nas escolas participantes e serão oferecidas oficinas práticas de imersão na cultura digital com temas como: cultura hacker, gêneros e diversidade, conhecimento aberto e recursos educacionais abertos, manuseio de dados educacionais, ciência de dados e midiativismo, entre outros. (PRETTO *et al*, p. 4)

Este desafio instigou-nos a adentrar nesta conexão. Repensar a escola como espaço do compartilhamento dos saberes e de cidadania, que não coloquem a tecnologia para fora da sala (tanto fisicamente como culturalmente), mas que junto a ela, possam devolver essa identidade. Segundo Barbero (2014),

Pois meios e tecnologias são para os jovens *lugares* de um desenvolvimento pessoal que, por mais ambíguo e contraditório que seja, eles converteram no seu modo de estar juntos e de expressar-se. Então, devolver aos jovens espaços nos quais possam se manifestar estimulando práticas de cidadania é o único modo pelo qual uma instituição educativa, cada vez mais pobre em recursos simbólicos e econômicos, pode reconstruir sua capacidade de socialização. (BARBERO, 2014, p. 120)

Alguns dados impressionam, segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), 94% da população juvenil dos países centrais utilizam a internet, já em países em semiperiféricos esse percentual é de 67% e apenas 30% em países periféricos. Os jovens entre 15 e 24 anos estão à frente do uso da internet em uma escala global (23%).

Falar sobre jovens e juventudes não é uma tarefa fácil. A definição do conceito de juventude em todos os textos baseia-se na complexidade do termo, pois não se trata de um objeto natural, homogêneo, que trata de uma fase universal do desenvolvimento humano, mas sim de uma construção cultural e social. Para além das determinações como a faixa etária, a inserção no mercado de trabalho, a maturidade/imaturidade dos indivíduos, existem as perspectivas das transformações sociais e históricas. Diante dessa complexidade, para alguns autores (Abramo, 2005; Margulis & Urresti 2000; Sposito & Carrano, 2003; Pais, 2003) torna-se necessário falar em juventudes e culturas juvenis.

Segundo o IBGE (2017) estima-se que a população da região de Florianópolis seja de 485.838 habitantes¹⁷. E a população juvenil, aqui definida entre 15 e 29 anos (ESTATUTO DA JUVENTUDE, 2013), é estimada em 117.645 jovens¹⁸, o que corresponde a 19% da população total.

Porém o que é ser cidadão jovem na Cultura Digital? Diante da atual conjuntura, o que os jovens compreendem por educação? E por Direitos Humanos? Eles se enxergam enquanto sujeitos críticos e políticos? Quais são os espaços que possibilitam o

¹⁷ Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Estimativas da população residente com data de referência 1º de julho de 2017.

¹⁸ Fonte: IBGE Cidades. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/florianopolis/panorama>. Acesso em: 26/01/2017

empoderamento desses sujeitos? Estas são apenas algumas questões que nos acompanham enquanto pesquisadoras.

Acredita-se que o desafio vem através de uma ação educativo crítica, aqui entendida segundo Paulo Freire (1996) não apenas como uma relação educando e educador que se pratica dentro de uma instituição, mas que se expande para além dos muros da escola a possibilitar a construção do conhecimento dentro da nossa realidade, através da “problematização do homem-mundo ou do homem em suas relações com o mundo e com os homens, possibilitar que estes aprofundem sua tomada de consciência da realidade na qual e com a qual estão” (FREIRE, 1983, p. 33), assumindo-se como “ser social e histórico, como ser pensante, comunicante, transformador, criador [...]” (FREIRE, 1996, p. 46)

Não basta termos instituições que tratem os jovens apenas como depósito de conhecimento, a dinamicidade desta nova era urge para que os aparatos públicos tornem-se espaços de diálogos, de trocas de saberes. Neste sentido pensar estratégias, dentro do espaço escolar, que façam com que a população juvenil possa criar possibilidades de produção, construção e difusão do conhecimento, se torna fundamental.

Sendo assim, este trabalho pauta-se na ideia de que uma das estratégias para um trabalho coletivo e uma prática transformadora seja através de uma educação em direitos humanos (PIOVESAN, 2005; LAPA & RODRIGUES, 2016; CANDAU, 2008; 2013) com bases democráticas, inclusivas e colaborativas.

A educação em direitos humanos pauta-se na ideia de ir além de uma aprendizagem cognitiva, envolve também desenvolvimento social e emocional. O processo formativo, segundo o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, implica no “reconhecimento da pluralidade e da alteridade, condições básicas da liberdade para o exercício da crítica, da criatividade, do debate de ideias e para o reconhecimento, respeito, promoção e valorização da diversidade.” (BRASIL, 2009, P. 31).

Carbonari traz uma reflexão importantíssima para entendermos a essência da educação em direitos humanos “educação em direitos humanos é subsidiária da formação de subjetividades e, sendo subsidiária, nunca poderá ser obra de terceiros, e sim será obra dos próprios sujeitos, reposicionando, deste modo, o lugar e o papel dos educadores/as nos processos formativos.” (2015, p. 15-16).

O mediador, pessoa fundamental para que ocorra essa troca, não possui mais o papel de detentor do saber, porém é aquele que busca construir junto a eles um conhecimento crítico e político necessário para agir diante a violência presenciada cotidianamente, vislumbrando outro projeto de sociedade.

Desta forma, a pergunta que guiará esta dissertação será: quais são as possibilidades da Educação em Direitos Humanos empoderar os jovens fazendo que as ações se propaguem nas trocas/interações entre educadores, educandos, família e comunidade dentro da Cultura Digital? O objetivo geral será: investigar, através das percepções dos jovens estudantes, quais os espaços propícios para o empoderamento destes sujeitos dentro e fora do espaço institucional. E dentre os objetivos específicos estão: analisar a interação entre os jovens; experimentar ações que impulsionem a educação em direitos humanos.

Metodologia

Diante do objetivo de investigar, através das percepções dos jovens, quais são os locais propícios para o empoderamento dos sujeitos dentro e fora do espaço institucional esta pesquisa pode ser classificada como uma pesquisa aplicada, pois de acordo com GIL (2008) “tem como característica fundamental o interesse na aplicação, utilização e consequências práticas dos conhecimentos.” (p. 27) e descritiva, porque “têm por objetivo levantar as opiniões, atitudes e crenças de uma população” (p.28). Terá uma abordagem qualitativa na qual Severino (2007) aponta para a utilização de diferentes estratégias de investigação, métodos de coleta, análise e

interpretação dos dados. O campo de pesquisa será o Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Santa Catarina e os sujeitos da pesquisa serão os jovens do 2º ano do ensino médio. A abordagem metodológica escolhida é a pesquisa ação na qual Severino (2007) discorre como sendo “aquela que, além de compreender, visa intervir na situação, com vistas a modificá-la” (p. 120).

Quanto ao tipo de estudo será descritivo uma vez que pretende descrever as características de determinada população e exploratória na medida em que explorará a percepção dos jovens, no que diz respeito à educação em direitos humanos e como eles “repassam” para o entorno. Utilizar-se-á da observação participante e do grupo focal.

Resultados Esperados

Espera-se que a pesquisa possa contribuir no campo da Educação, pois pretendemos trazer as percepções dos jovens, em situação escolar, em relação à educação em Direitos Humanos e sua propagação. Quem sabe assim poderemos apreender onde estão as brechas de possibilidades de transformação dos sujeitos para irmos à busca de uma sociedade mais democrática.

Conclusão

Conclui-se que diante da grande velocidade com que o mundo vem se transformando os jovens tem se relacionado muitas vezes de forma violenta, através do discurso de ódio e da intolerância. A educação por sua vez sofre as consequências da precarização e do desmonte executado por um Estado que serve aos interesses de um projeto neoliberal. Diante dessa conjuntura, a Educação em/para/com Direitos Humanos pode ser uma opção, na transformação dos sujeitos, para subverter a ordem imposta. Entender que a educação é um processo demonstra que muitos são os desafios que todos, aqui entendidos como educadores,

educandos, família e comunidade enfrentarão, mas a esperança por dias melhores nos une para seguirmos nessa luta.

Referências:

ABRAMO, Helena Wendell. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, n. 5/6, p. 25-35, maio/dez. 1997.

BARBERO, J. M. **A comunicação na educação** / Jesús Martín Barbero; tradutoras Maria Immacolata Vassallo de Lopes e Dfane Melo. – São Paulo: Contexto, 2014

BRASIL. Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013. Estatuto da Juventude.

_____. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos: 2008. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2009. 76 p.

CANDAU, V. M. F. Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença. *Revista Brasileira de Educação*, v.13, n. 37, jan./abr. 2008

CANDAU, V. M. F.; SACAVINO, S. B. Educação em Direitos Humanos e formação de educadores. *Rev. Educação* (Porto Alegre impresso), v. 36, n. 1, p. 59-66, jan./abr. 2013

CARBONARI, Paulo César. A formação do sujeito de direitos humanos pela educação: bases ético-filosóficas da educação em direitos humanos. *Revista Conjectura: Fil. Educ.*, Caxias do Sul, v. 20, n. especial, p. 14-38, 2015.

CASTELLS, Manuel. **A galáxia da Internet**: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003

FEENBERG, A. O que é filosofia da tecnologia? Disponível em: https://www.sfu.ca/~andrewf/Feenberg_OQueEFilosofiaDaTecnologia.pdf. Acesso em: 24/01/2018

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996. 165 p.

_____. *Extensão ou Comunicação*.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Estimativa Populacional 2016. [on line]. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=420540>. Acesso em: 13 dez. 2017

_____. Panorama sobre a população estimada em 2017. [online]. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/florianopolis/panorama>. Acesso em: 12/01/2018.

LAPA, Fernanda Brandão; RODRIGUES, Horácio Wanderlei. Educação em Direitos Humanos: marcos legais e (in)efetividade. **Revista Direitos Sociais e Políticas Públicas (UNIFAFIBE)**. Vol. 4, n. 2, 2016. ISSN 2318-5732. Disponível em: <http://www.unifafibe.com.br/revista/index.php/direitos-sociais-politicas-pub/article/view/158>. Acesso em 12/04/2018.

MARGULLIS, M., & URRESTI, M. (2000) “La juventude és más que una palabra” In: *La juventude és más que una palabra: ensayos sobre cultura e juventude* (pp. 13-30). Buenos Aires: Biblos.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Mais de 4 bilhões de pessoas terão acesso à Internet móvel até o fim de 2017, 02 ago. 2017. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/mais-de-4-bilhoes-de-pessoas-terao-acesso-a-internet-movel-ate-o-fim-de-2017-diz-relatorio-da-onu/>. Acesso em 13 de dez. 2017.

PAIS, José Machado. **Culturas juvenis**. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2003. SENADO FEDERAL. Promulgada Emenda Constitucional do Teto de Gastos Públicos (2016). [online]. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/15/promulgada-emenda-constitucional-do-teto-de-gastos>. Acesso em: 21/01/2018

PIOVESAN, F. A formação em Direitos Humanos na Universidade: ensino, pesquisa e extensão. Maria de Nazaré T. Zenaide, Lúcia Lemos Dias, Giuseppe Tosi, Paulo V. de Moura (Orgs.) Editora Universitária, JOÃO PESSOA, 2005. p. 71-81. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/ncdh/wp-content/uploads/2015/08/2006.A-FORMA%C3%87%C3%83O-EM-DH-NA-UNIVERSIDADE.pdf>. Acesso em: 25/04/2018.

SEVERINO, Antonio J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SPOSITO, M. P. Considerações em torno do conhecimento sobre juventude na área de educação. In: _____ (Coord.). **Estado do conhecimento: juventude e escolarização**. São Paulo: Ação educativa/INEP, 2000.

_____. Os jovens do Brasil: desigualdades multiplicadas e novas demandas políticas. In: Revista **Ação Educativa**, São Paulo: 2003.

SPOSITO, M. P., CARRANO, P. C. R. (2003). Juventude e políticas públicas no Brasil. In: **Revista de Educação**, 24.

Palavras-chave: Educação em Direitos Humanos. Sujeitos; Jovens; Cultura digital.